

**AO(À) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÃO – GALIC – DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU.**

**Ref.:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010-205/GALIC/AC/CBTU – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE DORMENTES DE CONCRETO MONOBLOCO NA SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE – STU-REC DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU.

**GROS ENGENHARIA LTDA. (GROS)**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 05.436.887/0001-89, com sede na Avenida Paulista, nº 2.028, 11º andar, CXPST 1.018, bairro Bela Vista, na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.310-927, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, vem, perante Vossa Senhoria, com fundamento do item 10.7 do instrumento editalício, apresentar

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto pela sociedade empresária **VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. (VIPETRO)** no procedimento licitatório acima identificado, pelas razões que expõe a seguir.

#### **I – SÍNTESE FÁTICO-PROCEDIMENTAL**

O recurso administrativo ora impugnado insere-se no contexto do **Pregão Eletrônico nº 90010-2025/GALIC/AC/CBTU**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de engenharia ferroviária, compreendendo a substituição de dormentes de concreto monobloco e serviços complementares, destinados à Superintendência de Trens Urbanos de Recife (STU-REC) da **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU**, sob o critério de julgamento do menor preço global e o regime de execução semi-integrada.

Na sessão pública realizada em 10 de novembro de 2025, a **GROS ENGENHARIA LTDA.** apresentou proposta no valor global de R\$ 52.990.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa mil reais), sendo classificada, na ocasião, em segundo lugar. Já a empresa recorrente, **VIPE-TRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, apresentou proposta no valor de R\$ 88.880.000,00 (oitenta e oito milhões, oitocentos e oitenta mil reais), figurando, na ocasião, como terceira colocada, haja vista a oferta de proposta mais de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) superior à vencedora.

Diante da expressiva diferença entre os preços ofertados, a Administração, em estrita observância ao dever de verificação da exequibilidade, instaurou diligência em 02 de dezembro de 2025. Tal procedimento incluiu a realização de visita técnica às instalações e obras da **GROS**, nos dias

03 e 04 de dezembro de 2025, e a requisição de justificativas técnicas pormenorizadas sobre os descontos aplicados e, principalmente, sobre os ajustes realizados em diversos quantitativos constantes da planilha orçamentária do edital.

A **GROS** atendeu integralmente à diligência, apresentando memoriais de cálculo detalhados e fundamentação técnica específica, demonstrando que os quantitativos originais do edital poderiam ser readequados à quantidades tecnicamente e financeiramente viáveis, com base nas especificações contidas no próprio Termo de Referência e nas condições locais. Reiterou, ainda, o compromisso de manter o preço global ofertado, assumindo os riscos de eventuais ajustes futuros, conduta plenamente compatível com a natureza da contratação semi-integrada.

Após análise técnica dos esclarecimentos prestados, a **CBTU**, por ato de 29 de dezembro de 2025, procedeu à habilitação da **GROS ENGENHARIA LTDA.**, **reconhecendo a regularidade, a exequibilidade e a conformidade de sua proposta com o edital.**

Inconformada com o resultado e pretendendo fazer prevalecer a sua proposta, a licitante **VIPETRO** interpôs o recurso administrativo ora contrarrazoado em 08 de janeiro de 2026, questionando a validade da proposta da **GROS**. Em síntese, alega que a concorrente teria efetuado redução unilateral e indevida dos quantitativos editalícios, violando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo. Sustenta, ainda, a existência de indícios de “jogo de planilha” e de inexecuibilidade material da proposta vencedora, o fazendo, por motivos óbvios, de forma genérica e desamparada de fundamentos concretos.

Cabe à **GROS**, pelas presentes contrarrazões, demonstrar o sólido fundamento técnico e jurídico de sua proposta, a perfeita aderência de sua conduta ao regime semi-integrado e a completa ausência dos vícios alegados pela recorrente, reafirmando que sua oferta não só é plenamente regular, como constitui a mais vantajosa para a Administração Pública.

## **II – DA AUSÊNCIA DE VÍCIOS NA PROPOSTA DA GROS. DA CORREÇÃO TÉCNICA DOS QUANTITATIVOS**

Conforme amplamente sabido, o regime de contratação semi-integrada autoriza a revisão de quantitativos com base em critérios técnicos objetivos, exatamente como se compreende no presente certame.

Conforme disposto no art. 42, § 1º, inciso I, alínea “c” da Lei nº 13.303/2016, no regime de contratação semi-integrada, todas as parcelas do objeto são passíveis de inovação pela contratada, desde que apresentada justificativa técnica devidamente fundamentada por profissional habilitado.

**A GROS não apenas cumpriu tal requisito, como apresentou memória de cálculo detalhada, demonstrando que os quantitativos previstos no edital podem ser readequados à quantidades tecnicamente e financeiramente viáveis, de acordo com as normas técnicas e legislação vigentes, em relação às reais necessidades técnicas dos serviços.**

Mais do que isso, o § 5º do artigo 46 da Lei nº 14.133/2021 estabelece a possibilidade de alteração do projeto básico nas contratações pela modalidade semi-integrada, inclusive, com a finalidade de redução dos gastos decorrentes da contratação:

*Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:*

*(...)*

*VI - contratação semi-integrada*

*(...)*

*§ 5º Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.*

Conclui-se, portanto, pela possibilidade de o pretenso Contratado realizar alterações no projeto básico, desde que acarretem aperfeiçoamento técnico, redução do impacto financeiro, redução do prazo de entrega ou facilidade de manutenção ou operação.

Tal hipótese se condiciona à aprovação pela Administração, ficando o pretenso Contratado responsável pelos riscos decorrentes das alterações por ele efetuadas. Assim define o Tribunal de Contas da União –TCU<sup>1</sup>:

*Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.*

*Dito de outra forma, tanto a contratação integrada quanto a semi-integrada resultam em ajustes permeados por obrigações de fim ou de resultado, em que se contrata “o que fazer”, ficando a cargo do construtor a definição do “como fazer”.*

<sup>1</sup> Sítio eletrônico Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/4-4-1-4-contratacao-semi-integrada/#:~:text=A%20Lei%2014.133/2021%20determina,22%2C%20%2A7%204%C2%BA>, acessado em 13/01/2026

*Por fim, assim como na contratação integrada, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.*

No caso em questão, houve proposta de adequação dos quantitativos pela **GROS**, ensejando impacto positivo no preço previsto para a contratação, sendo tal proposta analisada e aprovada pela **CBTU**, inclusive referendando justificativa apresentada para o ajuste numérico.

Em verdade, a preocupação da **GROS** em adequar a proposta aos quantitativos fidedignos é de relevância positiva, na medida em que, ao contrário da Recorrente, apresentou proposta referenciada em critérios fáticos e técnicos, pretendendo evitar qualquer superdimensionamento, evitando, por conseguinte, superfaturamento e prejuízos à **CBTU** e ao erário.

Tal preocupação se alinha perfeitamente aos princípios norteadores da administração pública, na medida em que, balizando-se pelo senso de moralidade, a **GROS** apresentou cenário fático e técnico mais próximo da realidade com o evidente intuito de conferir maior eficiência ao procedimento licitatório, e, principalmente, proporcionar cenário mais favorável ao interesse público.

Não bastasse isso, a Recorrente ignora o fato de que, em licitações semi-integradas, o edital estabelece quantitativos referenciais, passíveis de ajuste com base em projeto executivo posterior. É o posicionamento sedimentado pela jurisprudência do **TCU**:

*“38. A contratação semi-integrada, inovação trazida pela Lei das Estatais, configura, na prática, um regime misto entre a contratação integrada e a empreitada, seja por preços unitários ou por preço global. Nesse regime misto, a administração elabora, previamente à licitação, um projeto (em regra, um projeto básico), no qual define adequadamente o objeto almejado e estima o seu preço com bom nível de precisão - procedimentos próprios das empreitadas -, sem que, no entanto, o particular contratado fique estritamente vinculado àquele projeto licitado, podendo promover alterações que apresentem vantagens em relação à concepção inicial - liberdade inerente às contratações integradas. A exigibilidade do projeto básico e a possibilidade de alterações desse projeto durante a execução contratual estão positivados, respectivamente, nos arts. 43, § 1º, e 42, § 1º, inciso IV, ambos da Lei 13.303/2016.*

*39. Entende-se que a essência da contratação semi-integrada é conceder ao particular uma maior liberdade em relação aos meios de execução da obra (comparativamente às empreitadas), sem, no entanto, implicar maiores riscos à administração (e ao próprio contratado), uma vez que, de forma diversa do regime de*

*contratação integrada, o regime misto exige a elaboração de projeto básico (e não apenas anteprojeto) prévio à licitação.”*  
(Acórdão TCU 1.175/2021, Plenário)

Não atoa o próprio “Manual de Orientações e Boas Práticas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos”, em sua página 159<sup>2</sup>, caracterizar o orçamento básico da contratação pela modalidade semi-integrada como mero retrato sintético do quantitativo, sendo, por razões óbvias, passível de ajustes:

*“A contratação semi-integrada caracteriza-se por:*

*O valor estimado da contratação, além de ser calculado nos termos do § 2º do art. 23, podendo ou não ser acrescido de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º do mesmo artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto (§ 5º do art. 23).”*

Tais fatos, ou seja, a boa-fé da **GROS** somada à possibilidade característica da modalidade licitatória, demonstram a regularidade da proposta apresentada e ratificada pela **CBTU** aos 29 de dezembro de 2025.

Para além, a alegação de que a **GROS** “reduziu unilateralmente” quantitativos desconsidera que: **(I)** A **CBTU** realizou diligência técnica, inclusive com visita às instalações da **GROS**, e aceitou as justificativas técnicas apresentadas; **(II)** Os ajustes foram fundamentados em especificações técnicas do próprio Termo de Referência (ex.: espessura de lastro, trechos de intervenção), e; **(III)** A **GROS** manteve o preço global de R\$ 52.990.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa mil reais), assumindo o risco de eventuais aditivos, conforme declarado em sua proposta.

Mais do que isso, a própria legislação vincula a **GROS** à sua proposta, impedindo a alteração posterior dos valores propostos. Assim, a manutenção da proposta apresentada enseja incontestável benefício ao erário, sendo impassível de alteração, conforme artigo 133 da Lei nº 14.133/21:

*Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:*

*I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;*

*II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a*

<sup>2</sup> Arquivo eletrônico disponível no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais/manual-governanca-nas-contratacoes/manual-de-boas-praticas-em-contratacoes-publicas.pdf>

*pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;*

*III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;*

*IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.*

Portanto, todos os elementos apontam para a mera insatisfação da Recorrente, que tenta se aproveitar de argumentação genérica e pautada em inverdades para se sagrar vencedora, conferindo inequívoco prejuízo à **CBTU**, o que se verifica em mera leitura das proposta apresentadas pelas concorrentes licitantes.

### **III – DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. DA PRIMAZIA DO INTERESSE PÚBLICO**

Conforme mencionado anteriormente, extrai-se de breve leitura aos atos deste procedimento licitatório que a proposta apresentada pela **GROS** é, sob todas as perspectivas, mais vantajosa e mais benéfica ao interesse público, haja vista a diferença de mais de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para a agora segunda colocada.

Mais do que isso, importa ressaltar que a proposta da **GROS** é mais vantajosa em qualquer cenário, pois, além de oferecer economia de cerca de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) aos cofres públicos: **(I)** mantém qualidade técnica atestada pela **CBTU**, e; **(II)** respeita os limites de exequibilidade (superior a 70% do orçamento estimado, conforme item 8.13 do edital).

Veja-se que, diante da incontestável regularidade da proposta as **GROS**, e considerando a observância aos ditames do instrumento editalício, apenas importariam o valor, a capacidade técnica e a exequibilidade, todos eles, repita-se, atestados de forma fundamentada e objetiva pela **CBTU**.

Para além, apresenta-se planilha anexa (Anexo I) que demonstra, por parâmetros precisos, que, mesmo na hipótese de a **GROS** adotar os quantitativos originais do edital, ou seja, **mesmo que se ativesse a proposta superdimensionada como faz a Recorrente, o seu preço total permaneceria significativamente inferior ao da Recorrente.**

VALOR UNITÁRIO COM BDI	QUANTITATIVOS GROS		QUANTITATIVOS CBTU	
	QTDE	TOTAL	QTDE	TOTAL
TOTAL (R\$)		52.990.000,00		68.746.350,06

Portanto, **mesmo se a GROS houvesse optado por seguir os quantitativos propostos pela CBTU, sua proposta seria mais de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) inferior à da Recorrente,** o que, por si só, demonstra a total insubsistência da argumentação recursal.



Para ilustrar o prejuízo que a proposta da Recorrente acarretaria, basta mencionar que, considerando os quantitativos da **CBTU**, a proposta da **GROS** equivaleria a aproximadamente 77% (setenta e sete por cento) do valor proposto pela Recorrente, o que significaria, em remoto caso de provimento ao recurso, acréscimo de 23% (vinte e três por cento) no preço a ser pago, isso considerando o melhor dentre os cenários.

Por fim, importante reiterar que, além de a **CBTU** ter ratificado a regularidade técnica da **GROS** e a exequibilidade da proposta por ela ofertada, a proponente manteve o preço global de R\$ 52.990.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa mil reais), assumindo o risco de eventuais aditivos, conforme declarado em sua proposta.

Tal fato significa que a **GROS** se obrigou à sua proposta mesmo na hipótese de alteração dos quantitativos, fato que elide qualquer argumento de prejuízo ou descompasso com o instrumento editalício.

O que se verifica da manifestação recursal é a mera insatisfação da Recorrente, que, tentando levar Vossa Senhoria a erro, apresenta argumentação genérica e falaciosa com o claro intuito de fazer prevalecer a sua proposta que, repita-se, é extremamente desvantajosa em termos financeiros

#### **IV – DA AUSÊNCIA DE PARÂMETROS OBJETIVOS. DA GENERICIDADE DAS ALEGAÇÕES RECURSAIS**

Conforme narrado anteriormente, pretende a Recorrente sustentar a genérica alegação de impossibilidade de operacionalização do objeto licitado, na medida em que o preço vencedor se mostra inferior ao por ela proposto.

Primeiramente, há que se ressaltar: tal alegação não conta com qualquer suporte objetivo, nem mesmo hipotético, de modo a demonstrar a tão falada inexecutabilidade de prestação baseada no preço proposto pela **GROS**.

A **GROS**, na qualidade de experiente prestadora de serviços em diversos contratos administrativos firmados junto a várias contratantes de relevância nacional e internacional, desenvolveu métodos operacionais próprios. É nesse contexto que a **GROS**, além de promover a melhor prestação pelo menor preço, coleciona inúmeros vínculos contratuais frutíferos, mantendo impecável reputação comercial em diversos estados do país.

Tais elementos apontam não apenas para a possibilidade da consecução do objeto licitado pelo preço ofertado, como também para a relevância das atividades e do conhecimento técnico da **GROS**, ensejando qualidade prestacional e grandes economias ao erário.

Mais do que isso, **eventual decisão pela insuficiência dos valores propostos pela GROS seria contraditória**, na medida em que, e pautando-se nos princípios da economicidade e da primazia do interesse público, **procedeu-se com a ratificação e aprovação da proposta da GROS e da sua qualificação técnica, sagrando-se vencedora justamente pelo critério do melhor preço**.

Além disso, importante considerar o entendimento sedimentado pelo **TCU** no sentido de que, havendo dúvidas acerca da exequibilidade, cabe ao Licitante solicitar ao Proponente elementos de comprovação da sua possibilidade, baseando-se no princípio do formalismo moderado:

**REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE POR INEXEQUIBILIDADE DE SUA PROPOSTA. AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO.**

(TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR): <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/rest/publico/base/acordao-completo/23782024>, Relator.: BENJAMIN ZYMLER, Data de Julgamento: 06/11/2024)

**REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA 2/2023-SR/PF/AM. OITIVA PRÉVIA. DESCLASSIFICAÇÃO POR INEXEQUIBILIDADE, COM BASE NA ADOÇÃO DE CRITÉRIO DE FORMA ABSOLUTA, SEM A DEVIDA DILIGÊNCIA. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO.**

(TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR): <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/rest/publico/base/acordao-completo/20882024>, Relator.: AUGUSTO NARDES, Data de Julgamento: 02/04/2024)

**REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA CONSIDERADA INEXEQUIVEL SEM OPORTUNIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PREÇO APRESENTADO. EXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO RELATIVA, PASSÍVEL DE COMPROVAÇÃO EM CONTRÁRIO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. ASSINATURA DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA LEI.**

(TCU - RP: 03355920155, Relator.: ANA ARRAES, Data de Julgamento: 08/03/2016, Segunda Câmara)

Veja-se ainda que o instrumento editalício estabelece parâmetros objetivos para a inabilitação por inexecuibilidade, todos eles ultrapassados no certame, o que, obviamente, indica a plena regularidade das condições estabelecidas na proposta vencedora, na medida em que restou ultrapassada a fase de análise de exequibilidade:

*“8.15. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, na forma estabelecida nos artigos 116 e 126 do RILC-CBTU.”*

A **CBTU**, mesmo após a realização de diligências, entendeu pela exequibilidade e pela capacidade técnica da Licitante vencedora, inexistindo, assim, qualquer indício de incapacidade ou irregularidade.



Há de se concluir, portanto, pela improcedência da alegação de impossibilidade prestacional pelo preço ofertado, ao passo que todos os elementos do certame apontam para sentido diverso.

Cuida-se, em suma, de alegação genérica de proponente que, insatisfeito com a vitória da **GROS** no certame, pretende a sua inabilitação, com o exclusivo fito de sagrar-se vencedora, mesmo tendo apresentado proposta menos benéfica (apenas o terceiro melhor preço), pretendendo, portanto, sobrepor os seus interesses.

Por todo o exposto, resta evidente a ausência de fundamentação da argumentação recursal, cuidando-se de mera tentativa de promoção dos interesses próprios, pelo que se requer seja julgado improcedente o recurso ora impugnado, sob pena de ensejar prejuízos ao erário em escala milionária, o que não se pode admitir.

#### **V – DA INEXISTÊNCIA DE “JOGO DE PLANILHA” OU FRAUDE**

A Recorrente, em desesperada tentativa de fazer prevalecer proposta por ela apresentada, acusa a **GROS** de ter praticado suposto “jogo de planilha”, entendido como manipulação de preços unitários em planilha orçamentária com o intuito de promover vantagem ilícita em contratação de ordem administrativa.

Entretanto, tal alegação não conta com qualquer fundamento concreto, se baseando na mera alegação de que a *“aceitação da proposta com a redução dos quantitativos, constitui sinal objetivo de risco de inexequibilidade, sobretudo quando associada a desequilíbrio entre os preços unitários”*.

Em suma, a Recorrente pretende convencer que a adequação dos quantitativos seria artifício da Licitante vencedora para, posteriormente, promover a sua majoração, ensejando o aumento proporcional do valor contratado.

Contudo, por mera conveniência, a Recorrente deixa de mencionar que a **GROS**, além de ter se obrigado a manter a proposta apresentada mesmo em eventual necessidade de majoração dos quantitativos, propôs valores que, mesmo baseado em quantitativos informados pela **CBTU**, seria mais de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) inferior ao ofertado pela Recorrente.

**Ou seja: mesmo que o cenário seja o sugerido pela Recorrente, a proposta apresentada pela GROS é amplamente favorável, o que, somado à retificação dos parâmetros técnicos e de exequibilidade, torna indubitável a sua regularidade e a necessidade de sagrá-la vencedora.**

Em cumprimento aos termos editalícios, a **GROS** apresentou vasta e clara documentação demonstrativa dos valores sugeridos, a exemplo de: **(I)** Composições de custos detalhadas, com equipamentos próprios que reduzem custos operacionais; **(II)** BDI e encargos sociais transparentes, conforme planilhas anexas, e; **(III)** Metodologia executiva aprovada pela **CBTU** (Anexo II).

Ou seja: em qualquer cenário, a proposta apresentada pela **GROS** se mostra mais favorável, inexistindo qualquer sinal de jogo de planilha ou qualquer outra irregularidade capaz de macular a sua vitória no procedimento licitatório.

## **VI – DA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E JULGAMENTO OBJETIVO**

Por fim, cabe reiterar que a **GROS** competiu em igualdade de condições, utilizando os mesmos instrumentos editalícios que a recorrente. A diferença de preço decorre de eficiência operacional, gestão de custos e posse de equipamentos próprios, fatores que não violam a isonomia, mas antes premiam a proposta mais vantajosa, conforme o princípio da economicidade.

A recorrente, ao argumentar que a **GROS** “alterou o escopo”, confunde quantitativos referenciais com escopo técnico. O escopo (substituição de dormentes, lastro, soldas etc.) foi integralmente mantido; apenas os volumes foram ajustados com base em critérios técnicos e econômicos objetivos.

Além disso, e conforme amplamente debatido e demonstrado, mesmo que considerados os quantitativos originários, seria a proposta apresentada pela **GROS** mais favorável do que a ofertada pela Recorrente, cenário em que ainda haveria diferença na casa dos R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

A proposta da **GROS ENGENHARIA LTDA.** é técnica, jurídica e economicamente robusta, tendo sido submetida e aprovada pela **CBTU** após diligências. O recurso da **VIPETRO**, por outro lado, revela interesse competitivo dissimulado sob alegações frágeis, sem lastro na legislação ou na jurisprudência.

Assim, verifica-se que a manifestação recursal se resume na mera insatisfação da Recorrente, que, sem qualquer fundamento de ordem objetiva, pretende eliminar a proposta mais favorável, fazendo-se, em prejuízo ao erário, vencedora no procedimento em questão.

Não se pode, portanto, acolher a pretensão recursal, sob pena de causar prejuízo milionário, favorecendo interesse de privado em detrimento do público.

Na oportunidade, a **GROS** reitera seu compromisso com a transparência, a qualidade e o interesse público, e permanece à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

## **VII – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, requer-se, pela ordem:.

- a) Seja negado provimento ao recurso interposto, pelas razões de fato e de direito constantes das presentes Contrarrazões;
- b) Seja reconhecida a regularidade da proposta apresentada pela **GROS**, conforme posicionamento já adotado no presente procedimento licitatório;

- c) Subsidiariamente, e em linha com a jurisprudência do **TCU**, requer-se, em caso de se entender pela inexecutabilidade da proposta da **GROS**, a oportunidade de se igualar a proposta, proporcionalmente, aos quantitativos propostos pela **CBTU**;
- d) Em todos os casos, seja a **GROS** declarada vencedora, haja vista o preenchimento de todos os requisitos previstos em edital, bem como a apresentação da melhor proposta, consoante demonstrado na presente manifestação recursal.

Termos em que pede deferimento.

São Paulo/SP, 14 de janeiro de 2026,

---

**Gros Engenharia Ltda.**

CNPJ nº 05.436.887/0001-89